Transparência e diálogo

PAULO SÉRGIO PINHEIRO*

A política do Estado brasileiro em relação aos direitos humanos, desde a transição política para o governo civil e em particular depois de 1991, está marcada pela transparência e pelo diálogo com os órgãos competentes da comunidade internacional dos Estados, com organizações não-governamentais nacionais ou estrangeiras e governos.

Na atual administração federal, o presidente Fernando Henrique Cardoso tem reafirmado incansavelmente a política de transparência e de aceitação do monitoramento das violações de direitos humanos pelos organismos multilaterais da ONU e outros sistemas de proteção internacional, assim como diálogo construtivo com as ONGs nacionais ou estrangeiras.

Durante seu governo foi consolidado o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamarati. Nessa mesma administração o chanceler Luiz Felipe Lampreia publicou o Relatório ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, onde o próprio governo devassa e assume as graves violações que continuam a ser praticadas em nosso país como a discriminação racial, a tortura e as execuções sumárias de suspeitos pelos policiais militares, e a impunidade dos crimes cometidos por agentes do Estado. O governo brasileiro não parece mais crer, como no regime militar, que o desvendamento dessas violações constitua ingerência estrangeira ou atentado a nossa soberania.

No relacionamento com as ONGs internacionais o presidente Fernando Henrique Cardoso tem reconhecido como legítima a atuação dessas entidades no Brasil. O Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH, lançado pelo presidente em 1996, surgiu diretamente das lutas das entidades de direitos humanos e foi definido em parceria com as ONGs. Nas duas visitas oficiais que fez aos Estados Unidos e a França, o presidente promoveu encontro em Washington e em Paris com organizações como a Anistia Internacional, a Human Rights Watch, a Liga Mundial dos Direitos do Homem, a Sociedade Antiescravidão (fundada no século 19, a mais antiga ONG em direi-

tos humanos), a Survival Internacional.

O presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se no ano passado com Pirré Sané, o secretário-geral da Anistia Internacional, e faz poucas semanas, no dia 17 de setembro, recebeu no Planalto José Miguel Vivanco, diretor-executivo de Human Rights Watch/Americas. As embaixadas brasileiras estão hoje abertas ao diálogo com as ONGs: no dia 7 de setembro, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e o embaixador Rubens Barbosa organizaram em Londres outro encontro com ONGs sediadas na Grã-Bretanha.

As obrigações que o Estado brasileiro assume com a ratificação dos tratados internacionais, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, passam a fazer parte integrante das normas domésticas brasileiras. Tomemos por exemplo o artigo 6 deste Pacto que afirma o direito à vida e que esse direito deve ser protegido pela lei: "ninguém pode ser arbitrariamente privado da vida". Este preceito é de crucial importância, pois disciplina a conduta dos agentes policiais do Estado em relação ao cidadão. Segundo essa obrigação, o Estado não deve apenas prevenir e punir a privação da vida pelos criminosos, mas obriga-se a prevenir as mortes arbitrárias praticadas pelas forças de segurança pública do próprio Estado. A privação da vida por agentes do Estado, as mortes por policiais em circunstâncias ilegais e não apuradas, é questão de mais alta relevância: a legislação e os governos dos estados (em vez de estimularem mortes) devem estritamente controlar e limitar as circunstâncias em que uma pessoa, criminosa ou cidadão honesto, não importa, tem sua vida privada pelas autoridades. Todas as unidades da federação estão obrigadas pela constituição brasileira a implementar as obrigações internacionais assumidas pelo governo federal pois é o Estado brasileiro que presta contas à comunidades internacionais.

Por todas essas razões a pesquisa sobre as mortes da polícia no estado no Rio de Janeiro, organizada pelo Iser (Instituto Superior de Estudos da Religião), é uma notável contribuição para a uma política eficiente de segurança pública dentro da lei. Aliás, essa

pesquisa retoma para o Rio de Janeiro perspectiva de investigação seguida pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo desde o final dos anos 80, por relatórios que publicamos com a Human Rights Watch (aquele lançado em 1987, foi a primeira análise dos abusos policiais depois do fim da ditadura), e pelo Relatório do governo brasileiro ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, já mencionado. As pesquisas em São Paulo e em muitos países mostram que o estímulo à violência fatal pelas polícias, além de ser irrelevante no combate à criminalidade e aos homicídios, agrava a insegurança da população e o risco de vida para os agentes policiais.

Todas as democracias consolidadas, assoladas, como nós, pelos conflitos raciais, tráfico de drogas e crime organizado, esforçam-se em limitar o número de mortes pela polícia. Em São Paulo graças à transparência dos dados, alargada pela pesquisa universitária e pelo monitoramento das ONGs e, mais recentemente, com o empenho do governo Mário Covas, as mortes pela polícia baixaram na região metropolitana do pico de 1.190 em 1992 para 183 em 1996, diminuindo também dramaticamente o número de policiais mortos em ação. Mesmo que esse patamar ainda seja alto, fica demonstrado que é possível fazer segurança diminuindo o arbítrio.

Na perspectiva dos princípios que regem a política do governo federal, tanto no âmbito interno, do PNDH, como diante dos compromissos externos, não parece haver nenhuma dúvida quanto à validade e importância da pesquisa sobre violência. Somente chegaremos a uma segurança pública dentro das balizas da lei e da democracia através da parceria entre o Estado e a sociedade civil. Denúncias, relatórios, pesquisas, são formas bem-vindas de colaboração que a democracia no Brasil estimula e estima.

* Diretor do Núcleo de Estudos da Violência da USP, coordenador do Núcleo de Acompanhamento do Programa Nacional de Direitos Humanos, presidente do grupo de Relatores Especiais, Representantes e Experts da Comissão de Direitos Humanos da ONU e relator especial para o Burundi